

RENOVAÇÃO CARISMÁTICA

CORRENTE DE GRAÇA PARA TODA A IGREJA



CARDEAL RANIERO CANTALAMESSA
OFM Cap.

Editado por 



Cardeal Raniero Cantalamessa, OFM Cap.

Fonte
Vaticannews.va

"Parto da convicção, compartilhada por todos nós e frequentemente repetida pelo Papa Francisco, de que a Renovação Carismática Católica (RCC) é “uma corrente de graça para toda a Igreja”. Se a RCC é uma corrente de graça para toda a Igreja, temos o dever de explicar a nós mesmos e à Igreja em que consiste esta corrente de graça e porque ela é destinada e necessária a toda a Igreja”, disse o padre Cantalamessa ao iniciar sua colocação.

De 6 a 8 de junho realiza-se no Vaticano a Conferência Internacional CHARIS, reunindo lideranças da Renovação Carismática Católica. São mais de 550 os líderes provenientes de diversas partes do mundo, que partilham e rezam juntos, na escuta do Espírito Santo. Um dos oradores foi o pregador da Casa Pontifícia, padre Raniero Cantalamessa OFM Cap., assistente eclesialístico do Charis.

Confira a íntegra da sua intervenção na manhã deste sábado, na Sala Paulo VI, intitulada “A Renovação Carismática, uma Corrente de Graça para toda a Igreja” (a tradução é do Fr. Ricardo Farias, OFM Cap):

"Parto da convicção, partilhada por todos nós e frequentemente repetida pelo Papa Francisco, de que a Renovação Carismática Católica (RCC) é “uma corrente de graça para toda a Igreja”. Se a RCC é uma corrente de graça para toda a Igreja, temos o dever de explicar a nós mesmos e à Igreja em que consiste esta corrente de graça e por que é destinada e necessária a toda a Igreja. Explicar, brevemente, o que somos e o que oferecemos – melhor, o que Deus oferece – à Igreja com esta corrente de graça.

Até ao momento não estivemos em condições – nem podíamos estar – de dizer com clareza o que é a Renovação Carismática. É necessário, portanto, experimentar uma forma de vida antes de a poder definir. Assim aconteceu sempre no passado, aquando do aparecimento de novas formas de vida cristã. Pobres daqueles movimentos e ordens religiosas que nascem com tantas regras e constituições estabelecidas minuciosamente desde o início, para depois as pôr em prática como um protocolo a seguir. É a vida que, progredindo, adquire uma fisionomia e se dá uma regra, como o rio que, avançando, escava o seu próprio leito.

Devemos reconhecer que, até agora, temos dado à Igreja ideias e representações da Renovação Carismática diferentes e, por vezes, contraditórias. Bastaria fazer uma breve sondagem entre as pessoas que vivem fora dela para nos darmos conta da confusão que reina acerca da identidade da Renovação Carismática.

Para alguns, ela é um movimento de “entusiastas”, não diferente dos movimentos “entusiastas e iluminados” do passado, o povo do Aleluia, das mãos erguidas, que rezam e cantam numa linguagem incompreensível, um fenómeno, no fim de contas, emocional e superficial. Posso afirmá-lo com conhecimento de causa, pois eu também fui, durante algum tempo, daqueles que pensavam assim. Para outros, ela é identificada com pessoas que fazem orações de cura e realizam exorcismos; para outros ainda, trata-se de uma “infiltração” protestante e pentecostal na Igreja Católica. Na melhor das hipóteses, a Renovação Carismática é vista como uma realidade à qual se podem confiar muitas tarefas na paróquia, mas com a qual é melhor não se envolver. Como alguém disse, amam-se os frutos da Renovação, mas não a árvore.

Após 50 anos de vida e de experiência, e por ocasião da inauguração do novo organismo de serviço, o CHARIS, talvez tenha chegado o momento de tentar fazer uma releitura desta realidade e dar-lhe uma definição, ainda que não definitiva, estando o seu caminho longe de estar concluído.

Acredito que a essência desta corrente de graça esteja providencialmente contida no seu nome “Renovação Carismática”, desde que se compreenda o verdadeiro significado destas duas palavras. É o que me proponho fazer, dedicando a primeira parte da minha exposição ao substantivo “Renovação” e a segunda parte ao adjetivo “carismática”.

PRIMEIRA PARTE: “RENOVAÇÃO”

É necessário fazer uma premissa de carácter geral para compreender a relação que existe entre o substantivo “renovação” e o adjetivo “carismático”, e o que cada um deles representa.

Na Bíblia, emergem claramente dois modos de agir do Espírito de Deus. Há, em primeiro lugar, o modo que podemos chamar de carismático. Este consiste no facto de que o Espírito de Deus vem sobre algumas pessoas, em circunstâncias particulares, e lhes confere dons e capacidades para além do alcance humano, para desempenharem a tarefa que Deus espera delas. Fala-se do Espírito de Deus que vem sobre algumas pessoas e lhes confere dons artísticos para a construção do templo. [1] A característica deste modo de agir do Espírito de Deus é que ele é dado a uma pessoa, mas não para a própria pessoa, para a tornar mais agradável a Deus, mas antes para o bem da comunidade, para o serviço.

Apenas num segundo momento, praticamente após o exílio, começa-se a falar de um modo diverso de agir do Espírito de Deus, um modo que, depois, será chamado ação santificadora do Espírito (2Ts 2,13). Pela primeira vez, no Salmo 51, o Espírito é definido “santo”: “não retireis de mim o vosso Santo Espírito”. O testemunho mais claro é a profecia de Ezequiel 36,26-27:

Eu vos darei um coração novo e porei um espírito novo dentro de vós. Arrancarei do vosso corpo o coração de pedra e vos darei um coração de carne; porei o meu espírito dentro de vós e farei com que sigais a minha lei e cuideis de observar os meus mandamentos.

A novidade deste modo de agir do Espírito é que ele vem sobre uma pessoa e permanece nela, e transforma-a desde dentro, dando-lhe um coração novo e uma capacidade nova de observar a lei. Em seguida, a teologia chamará o primeiro modo de agir do Espírito *gratia gratis data*, dom gratuito, e o segundo, *gratia gratum faciens*, graça que torna agradável a Deus.

Passando do Antigo ao Novo Testamento, este duplo modo de agir do Espírito torna-se ainda mais claro. Basta ler, em primeiro lugar, o capítulo 12 da Primeira Carta aos Coríntios, onde se fala de todo o tipo de carismas, e depois passar ao capítulo seguinte, o 13, onde se fala de um dom único, igual e necessário para todos, que é a caridade. Esta caridade é “o amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espírito Santo” (Rm 5,5), o amor – assim o define São Tomás de Aquino – “com o qual Deus nos ama e com o qual nos torna capazes de O amar e aos irmãos” [2].

A relação entre a obra santificadora do Espírito e a sua ação carismática é vista por Paulo como a relação que existe entre o ser e o agir e como a relação que existe entre a unidade e a diversidade na Igreja. A ação santificadora refere-se ao ser do cristão, os carismas referem-se ao agir, são para o serviço (1Cor 12,7; 1Pd 4,10); a primeira funda a unidade da Igreja, a segunda, a variedade das suas funções. Sobre isso, basta ler Efésios 4, 4-13. Neste, o Apóstolo expõe primeiro o que funda o ser do cristão e a unidade de todos os fiéis: um só corpo, um só Espírito, um só Senhor, uma só fé, para depois falar da “graça dada a cada um segundo a medida do dom de Cristo”: apóstolos, evangelistas, mestres...

O Apóstolo não se limita a pôr em evidência os dois modos de agir do Espírito, mas afirma também a prioridade absoluta da ação santificadora sobre a ação carismática. O agir depende do ser (*agere sequitur esse*), e não o contrário. Paulo enumera brevemente a maioria dos carismas – falar todas as línguas, possuir o dom da profecia, conhecer todos os mistérios, distribuir tudo aos pobres – e conclui que, sem a caridade, nada disso aproveitaria a quem os exerce, ainda que possa aproveitar a quem os recebe.

Tudo o que foi dito sobre a ação renovadora e santificadora do Espírito está contido no substantivo “Renovação”. Porquê precisamente este termo? Por que chamamos “Seminário de vida nova no Espírito” ao instrumento com o qual nos preparávamos para receber o batismo no Espírito? A ideia de novidade acompanha do princípio ao fim a revelação da ação santificadora do Espírito. Já em Ezequiel se fala de um “Espírito novo”. João fala de um “nascer de novo da água e do Espírito” (Jo 3,5). Mas é sobretudo São Paulo que vê na “novidade” aquilo que caracteriza toda a “nova aliança” (2Cor 3,6). Ele define o fiel como “homem novo” (Ef 2,15; 4,24) e o batismo como “um banho de renovação no Espírito Santo” (Tt 3,5).

O que deve ser imediatamente posto em evidência é que esta vida nova é a vida trazida por Cristo. É Ele que, ressuscitando dos mortos, nos deu a possibilidade, graças ao nosso batismo, de “levamos uma vida nova” (Rm 6,4). Ela é, portanto, dom antes de ser dever, um “facto” antes de ser um “deve ser feito”. Sobre este ponto, torna-se necessária uma verdadeira revolução copernicana na mentalidade comum do fiel católico (não na

doutrina oficial da Igreja!), e esta é uma das contribuições mais importantes que a Renovação Carismática pode dar – e, em parte, já deu – à vida da Igreja. Durante séculos, insistiu-se tanto na moral, no dever, no que deve ser feito para alcançar a vida eterna, que se acabou por inverter a relação, colocando o dever antes do dom, fazendo da graça o efeito, em vez da causa, das nossas boas obras.

A Renovação Carismática, concretamente o batismo no Espírito, operou em mim aquela revolução copernicana de que falei e, por isso, estou intimamente convencido de que a pode operar em toda a Igreja. E é a revolução da qual depende a possibilidade de reevangelizar o mundo pós-cristão. A fé nasce na presença do *kerygma*, não na presença da *didaché*, ou seja, não na presença da teologia, da apologética, da moral. Estas coisas são necessárias para “formar” a fé e conduzi-la à perfeição da caridade, mas não são capazes de a gerar. O cristianismo, diferentemente de qualquer outra religião, não começa por dizer aos homens o que devem fazer para se salvarem; começa por dizer o que Deus fez, em Cristo Jesus, para os salvar. É a religião da graça.

Em que consiste a vida nova no Espírito

Mas agora chegou o momento de descer mais ao concreto e ver em que consiste e como se manifesta a vida nova no Espírito e, portanto, em que consiste a verdadeira “Renovação”. Apoiamo-nos em São Paulo e, mais precisamente, na sua Carta aos Romanos, pois é aí que, quase programaticamente, são expostos os seus elementos constitutivos.

Uma vida vivida na lei do Espírito

A vida nova é, antes de mais, uma vida vivida “na lei do Espírito”.

“Não há mais condenação para aqueles que estão em Cristo Jesus. Pois a lei do Espírito que dá a vida em Jesus Cristo te libertou da lei do pecado e da morte” (Rm 8,1-2).

Não se compreende o que significa a expressão “lei do Espírito” se não a partir do acontecimento de Pentecostes. No Antigo Testamento, existiam

duas interpretações fundamentais da festa de Pentecostes. No início, Pentecostes era a festa da colheita (cf. Nm 28,26ss), quando se ofereciam a Deus as primícias do trigo (cf. Ex 23,16; Dt 16,9). Mas, posteriormente, e certamente no tempo de Jesus, a festa enriquecera-se com um novo significado. Era a festa que recordava a entrega da lei no Monte Sinai e a aliança estabelecida entre Deus e o seu povo; a festa, enfim, que comemorava os acontecimentos descritos em Ex 19-20. “Este dia da festa das semanas – reza um texto da atual liturgia hebraica de Pentecostes (*Shavuot*) – é o tempo do dom da nossa Torá”.

O que nos diz, sobre o nosso Pentecostes, esta aproximação? O que significa, por outras palavras, o facto de o Espírito Santo descer sobre a Igreja precisamente no dia em que Israel recordava o dom da lei e da aliança? Já Santo Agostinho colocava esta questão e dava a seguinte resposta. Cinquenta dias após a imolação do cordeiro no Egito, no monte Sinai, o dedo de Deus escreveu a lei de Deus em tábuas de pedra; e eis que, cinquenta dias depois da imolação do verdadeiro Cordeiro de Deus, que é Cristo, novamente o dedo de Deus, o Espírito Santo, escreveu a lei; mas desta vez não em tábuas de pedra, mas nas tábuas de carne dos corações [3].

Esta interpretação fundamenta-se, por sua vez, na afirmação de Paulo, que define a comunidade da nova aliança como uma “carta de Cristo, escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, gravada não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, dos corações” (cf. 2Cor 3,3).

De imediato se iluminam as profecias de Jeremias e de Ezequiel sobre a nova aliança: “Esta será a aliança que concluirei com a casa de Israel, depois desses dias, diz o Senhor: imprimirei a minha lei no seu íntimo e hei de escrevê-la no seu coração; serei o seu Deus e eles serão o meu povo” (Jr 31,33). Já não em tábuas de pedra, mas nos corações; já não uma lei exterior, mas uma lei interior.

Como atua, concretamente, esta nova lei, que é o Espírito, e em que sentido pode ser chamada “lei”? Atua através do amor! A nova lei é aquilo que Jesus chama de “mandamento novo” (Jo 13,34). O Espírito Santo escreveu a nova lei nos nossos corações, infundindo neles o amor: “O amor de Deus foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,5). Este amor, explicou São Tomás, é o amor com que Deus

nos ama e com o qual, ao mesmo tempo, nos torna capazes de O amar em resposta e de amar o próximo. É uma capacidade nova de amar.

Há dois modos pelos quais o homem pode ser levado a fazer, ou a não fazer, algo: ou por coerção ou por atração; a lei exterior leva-o do primeiro modo, por coerção, com a ameaça do castigo; o amor leva-o do segundo modo, por atração. Cada um, de facto, é atraído por aquilo que ama, sem sofrer qualquer coerção exterior. A vida cristã deve ser vivida por atração, não por coerção; por amor, não por temor.

Uma vida de filhos de Deus

Em segundo lugar, a vida nova no Espírito é uma vida de filhos de Deus. Escreve ainda o Apóstolo:

“Todos aqueles que se deixam conduzir pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. De facto, vós não recebestes um espírito de escravidão, para recairdes no medo, mas recebestes um espírito de adoção filial, no qual todos nós clamamos: Abba – ó Pai! O próprio Espírito se une ao nosso espírito para nos dar testemunho de que somos filhos de Deus” (Rm 8,14-16).

Esta é uma ideia central da mensagem de Jesus e de todo o Novo Testamento. Graças ao batismo que nos enxertou em Cristo, tornámo-nos filhos no Filho. O que pode, então, trazer de novo a Renovação Carismática neste campo? Algo de muito importante: a descoberta e a tomada de consciência existencial da paternidade de Deus, o que tem levado mais de uma pessoa às lágrimas no momento do batismo no Espírito. De direito, somos filhos pelo batismo; mas, de facto, tornamo-nos graças a uma ação do Espírito Santo que continua ao longo da vida.

Uma vida no senhorio de Cristo

Enfim, a vida nova é uma vida no senhorio de Cristo. Escreve o Apóstolo:

“Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor e, no teu coração, creres que Deus o ressuscitou dos mortos, serás salvo” (Rm 10,9).

E, pouco depois, na mesma Carta:

Nenhum de nós vive para si mesmo, nem morre para si mesmo. Se vivemos, é para o Senhor que vivemos; se morremos, é para o Senhor que morremos. Portanto, quer vivamos quer morramos, pertencemos ao Senhor. Cristo morreu e ressuscitou precisamente para isto: para ser Senhor dos mortos e dos vivos (Rm 14,7-9).

Este conhecimento especial de Jesus é obra do Espírito Santo: “Ninguém pode dizer: Jesus é o Senhor, a não ser pelo Espírito Santo” (1Cor 12,3). O dom mais evidente que recebi por ocasião do meu batismo no Espírito foi a descoberta do senhorio de Cristo. Até então, eu era um estudioso de cristologia, dava cursos e escrevia livros sobre as doutrinas cristológicas antigas; o Espírito Santo converteu-me da cristologia a Cristo. Que emoção ao ouvir, em julho de 1977, no estádio de Kansas City, 40 mil fiéis de várias denominações cristãs cantando: *He's Lord, He's Lord. He's risen from the dead and He is Lord. Every knee shall bow, every tongue confess that Jesus Christ is Lord* (“Ele é o Senhor, Ele é o Senhor. Ele ressuscitou dos mortos e Ele é o Senhor. Todo o joelho se dobre, toda a língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor”, N. do T.). Para mim, até então observador externo da Renovação, aquele cântico tinha ressonâncias cósmicas, apelava ao que está nos céus, na terra e debaixo dela. Porque não repetir, numa ocasião como esta, aquela experiência e proclamar juntos, no canto, o senhorio de Cristo?... Cantemos em inglês, quem souber...

O que há de especial na proclamação de Jesus como Senhor, que a torna tão diversa e determinante? É que, com ela, não se faz apenas uma profissão de fé, mas toma-se uma decisão pessoal. Quem a pronuncia decide o sentido da sua vida. É como se dissesse: “Tu és o meu Senhor; eu me submeto a Ti, reconheço-Te livremente como o meu salvador, o meu chefe, o meu mestre, Aquele que tem todos os direitos sobre mim. Entrego-Te com alegria as rédeas da minha vida”.

Esta redescoberta luminosa de Jesus como Senhor é talvez a mais bela graça que, nos nossos tempos, Deus tem concedido à sua Igreja através da RCC. No início, a proclamação de Jesus como Senhor (*Kyrios*) foi, para a evangelização, aquilo que a relha é para o arado: aquela espécie de lâmina que primeiro rasga a terra e permite ao arado abrir o sulco. Sobre este

ponto, infelizmente, verificou-se uma mudança na passagem do ambiente judaico para o helenístico. No mundo judaico, o título *Adonai*, Senhor, bastava por si só para proclamar a divindade de Cristo. E, de facto, é com ele que, no dia de Pentecostes, Pedro proclama Jesus Cristo ao mundo: “Saiba com toda a certeza toda a casa de Israel que Deus constituiu Senhor e Cristo a este Jesus que vós crucificastes” (At 2,36).

Na pregação aos pagãos, esse título já não era suficiente. Muitos, a começar pelo imperador romano, faziam-se chamar de senhores. Nota-o com tristeza o Apóstolo: “Existem muitos deuses e muitos senhores; para nós, porém, há um só Senhor, Jesus Cristo” (cf. 1Cor 8,5-6). Já no século III, o título de Senhor deixa de ser compreendido no seu significado *kerygmático*; é considerado o título próprio de quem ainda se encontra no estágio de “servo” e do temor, inferior, portanto, ao título de Mestre, que é próprio do “discípulo” e do amigo [4]. Continua-se, certamente, a falar de Jesus “Senhor”, mas este tornou-se um título como os outros, ou melhor, mais frequentemente, um dos elementos do nome completo de Cristo: “Nosso Senhor Jesus Cristo”. Mas uma coisa é dizer “nosso Senhor Jesus Cristo”, outra é dizer: “Jesus Cristo é o nosso Senhor!”

Onde está, em tudo isto, o salto de qualidade que o Espírito Santo nos proporciona no conhecimento de Cristo? Está no facto de que a proclamação de Jesus como Senhor é a porta que dá acesso ao conhecimento do Cristo ressuscitado e vivo! Já não um Cristo personagem, mas uma pessoa; já não um conjunto de teses, de dogmas (e das heresias correspondentes), nem apenas objeto de culto e de memória, mas realidade viva no Espírito. Entre este Jesus vivo e o dos livros e das eruditas discussões sobre Ele, existe a mesma diferença que há entre o céu verdadeiro e um céu desenhado numa folha de papel. Se quisermos que a nova evangelização não permaneça um piedoso desejo, devemos recolocar a “relha” à frente do arado, o *kerygma* à frente da *parênese*.

A experiência comum do senhorio de Cristo é também o que mais impele à unidade dos cristãos, como vemos acontecer aqui, entre nós. Uma das tarefas prioritárias da CHARIS, segundo as indicações do Santo Padre, é precisamente promover, por todos os meios, esta unidade entre todos os fiéis em Cristo, no respeito recíproco da própria identidade.

Uma corrente de graça para toda a Igreja

Creio que, neste ponto, esteja claro por que dizemos que a Renovação Carismática é uma corrente de graça para toda a Igreja. Tudo o que a Palavra de Deus nos revelou sobre a vida nova em Cristo – uma vida vivida segundo a lei do Espírito, uma vida de filhos de Deus e uma vida no senhorio de Cristo – tudo isso não é senão a essência da vida e da santidade cristã. É a vida batismal vivida em plenitude, isto é, não apenas pensada e acreditada, mas vivida e proposta, e não apenas a algumas almas privilegiadas, mas a todo o povo santo de Deus. Para muitos milhões de fiéis, o batismo no Espírito tem sido a porta que os introduziu nestes esplendores da vida cristã.

Uma das máximas queridas ao Papa Francisco é que “a realidade é superior à ideia” [5] e, portanto, que o vivido é superior ao pensado. Creio que a Renovação Carismática pode ser (e, em parte, tem sido) de grande ajuda para fazer passar as grandes verdades da fé do pensado ao vivido, para fazer passar o Espírito Santo dos livros de teologia à experiência dos fiéis.

São João XXIII concebeu o Concílio Vaticano II como a ocasião para um “novo Pentecostes” para a Igreja. O Senhor respondeu a esta oração do Papa para além de qualquer expectativa. Mas o que significa “um novo Pentecostes”? Ele não pode consistir apenas num novo florescimento de carismas, de ministérios, de sinais e prodígios, num sopro de ar fresco no rosto da Igreja. Estas coisas são o reflexo e o sinal de algo mais profundo. Um novo Pentecostes, para ser verdadeiramente tal, deve acontecer na profundidade que nos revelou o Apóstolo; deve renovar o coração da Esposa, e não apenas o seu vestido.

Para ser, contudo, a corrente de graça que descrevemos, a Renovação Carismática precisa ela própria de se renovar, e é para isso que quer contribuir a instituição da CHARIS. “Não se pense – escrevia Orígenes, no século III – que basta renovar-se uma única vez; é necessário renovar a própria novidade: *Ipsa novitas innovanda est*” [6]. Não há motivo para surpresa. É o que acontece com todo o projeto de Deus quando é colocado nas mãos do homem.

Logo após a minha adesão à Renovação, um dia, em oração, fui tomado por alguns pensamentos. Parecia-me intuir o que o Senhor estava a fazer de novo na Igreja; peguei numa folha de papel e numa caneta e escrevi alguns pensamentos, dos quais eu próprio me surpreendi, tão pouco eram fruto da minha reflexão. Encontram-se publicados no meu livro *La sobria ebbrezza dello Spirito* (“A sóbria embriaguez do Espírito”, N. do T.), mas permito-me partilhá-los novamente convosco, pois parece-me ser o ponto a partir do qual devemos recomeçar.

“O Pai quer glorificar o seu Filho Jesus Cristo na terra de maneira nova, com uma invenção nova. O Espírito Santo é o agente desta glorificação, pois está escrito: ‘Ele me glorificará e receberá do que é meu’. Uma vida cristã inteiramente consagrada a Deus, sem fundador, nem regra, nem congregação novos. Fundador: Jesus! Regra: o Evangelho interpretado pelo Espírito Santo! Congregação: a Igreja! Não se preocupar com o amanhã, não querer fazer coisas que permaneçam, não querer erguer organismos reconhecidos que se perpetuem com sucessores... Jesus é um Fundador que nunca morre, por isso não precisa de sucessores. É preciso deixá-Lo sempre fazer coisas novas, também amanhã. O Espírito Santo existirá também amanhã na Igreja!”

SEGUNDA PARTE: “CARISMÁTICO”

Agora chegou o momento de passar à segunda parte do meu discurso, que será bem mais breve: o que acrescenta o adjetivo “carismático” ao nome “Renovação”. Antes de mais, é importante dizer que “carismático” deve permanecer um adjetivo e nunca tornar-se um substantivo. Por outras palavras, deve-se evitar absolutamente, da nossa parte, o uso do termo “os carismáticos” para indicar as pessoas que fizeram a experiência da Renovação. Neste caso, use-se a expressão “cristãos renovados”, mas não carismáticos. O uso deste nome suscita precisamente ressentimento, pois cria discriminação entre os membros do corpo de Cristo, como se alguns fossem dotados de carismas e outros não.

Não quero fazer aqui um ensinamento sobre os carismas, dos quais há tantas ocasiões para falar. A minha intenção é mostrar como, também enquanto realidade carismática, a Renovação é uma corrente de graça

destinada a toda a Igreja. Para ilustrar esta afirmação, é necessário lançar um rápido olhar sobre a história dos carismas na Igreja.

A redescoberta dos carismas no Vaticano II

O que aconteceu, na realidade, aos carismas após a sua tumultuosa aparição nos primórdios da Igreja? Os carismas não desapareceram tanto da vida da Igreja quanto mais da sua teologia. Se revisitarmos a história da Igreja, tendo presentes as várias listas de carismas do Novo Testamento, devemos concluir que, com exceção talvez do “falar em línguas” e da “interpretação das línguas”, nenhum dos carismas foi completamente perdido.

Então, onde está a novidade que nos permite falar de um despertar dos carismas no nosso tempo? O que estava ausente antes? Os carismas, do seu âmbito próprio de utilidade comum e da “organização da Igreja”, tinham sido progressivamente confinados ao âmbito privado e pessoal. Já não entravam na constituição da Igreja.

Na vida da comunidade cristã primitiva, os carismas não eram factos privados; eram aquilo que, juntamente com a autoridade apostólica, delineava a fisionomia da comunidade. Apóstolos e profetas eram as duas forças que, juntas, guiavam a comunidade. Muito cedo, o equilíbrio entre estas duas instâncias – a do ofício e a do carisma – rompe-se em vantagem do ofício. Um elemento determinante foi o surgimento das primeiras falsas doutrinas, especialmente as gnósticas. Foi este facto que fez pender cada vez mais a balança para os detentores do ofício, os pastores. Um outro facto foi a crise do movimento profético difundido por Montano na Ásia Menor no século II, que contribuiu para desacreditar ainda mais um certo tipo de entusiasmo carismático coletivo.

Deste facto fundamental derivam todas as consequências negativas relativas aos carismas. Os carismas são relegados para as margens da vida da Igreja. Desaparecem sobretudo aqueles carismas que tinham como campo de exercício o culto e a vida da comunidade: o falar inspirado e a glossolalia, os chamados carismas pentecostais. A profecia acaba por reduzir-se ao carisma do magistério de interpretar autenticamente e

infalivelmente a revelação (esta era a definição de profecia nos tratados de eclesiologia que se estudavam no meu tempo).

Procura-se também justificar teologicamente esta situação. Segundo uma teoria frequentemente repetida por São João Crisóstomo e depois, até à vigília do Vaticano II, certos carismas teriam sido reservados à Igreja no seu “estado nascente”, mas depois teriam “cessado”, por já não serem necessários à economia geral da Igreja [7].

Outra consequência inevitável é a clericalização dos carismas. Ligados à santidade pessoal, acabam por ser associados quase sempre aos representantes habituais dessa santidade: pastores, monges, religiosos. Do âmbito da eclesiologia, os carismas passam para o da hagiografia, isto é, para o estudo da vida dos santos. O lugar dos carismas é ocupado pelos “sete dons do Espírito” que, no início (em Isaías 11) e até à Escolástica, não eram outra coisa senão uma categoria particular de carismas, aqueles prometidos ao rei messiânico e, depois, àqueles que têm a tarefa do governo pastoral.

Esta é a situação que o Concílio Vaticano II quis remediar. Num dos documentos mais importantes do Vaticano II, lemos o conhecido texto:

“O Espírito Santo não só santifica e conduz o Povo de Deus por meio dos sacramentos e ministérios e o adorna com virtudes, mas, ‘distribuindo a cada um os seus dons como Lhe apraz’ (1Cor 12,11), distribui também graças especiais entre os fiéis de todas as condições, as quais os tornam aptos e dispostos a assumir diversas obras e encargos, úteis para a renovação e cada vez mais ampla edificação da Igreja, segundo aquelas palavras: ‘a cada um é dada a manifestação do Espírito para o bem comum’ (1Cor 12,7). Estes carismas, quer sejam os mais elevados, quer os mais simples e comuns, devem ser acolhidos com ação de graças e consolação” [8].

Este texto não é uma nota marginal dentro da eclesiologia do Vaticano II; é, antes, a sua coroação. É o modo mais claro e explícito de afirmar que, ao lado da dimensão hierárquica e institucional, a Igreja possui uma dimensão pneumática e que a primeira está em função e ao serviço da

segunda. Não é o Espírito que está ao serviço da instituição, mas a instituição ao serviço do Espírito.

Nessa altura, concluído o Concílio e reunidos em volume os seus decretos, o perigo de marginalizar os carismas reapresentava-se sob outra forma, não menos perigosa: a de permanecerem um belo documento que os estudiosos não se cansam de estudar e os pregadores de citar. O Senhor preveniu Ele próprio contra este perigo, dando a ver, com os próprios olhos, àquele que desejara fortemente o texto sobre os carismas, que estes tinham regressado não apenas à teologia, mas também à vida do povo de Deus. Quando, pela primeira vez, em 1973, o Cardeal Leo Suenens ouviu falar da Renovação Carismática Católica, surgida nos Estados Unidos, estava a escrever um livro intitulado *O Espírito Santo, nossa esperança*, e eis o que conta nas suas memórias:

“Parei de escrever o livro. Pensei que fosse uma questão da mais elementar coerência prestar atenção à ação do Espírito Santo, onde quer que ela se manifestasse de modo surpreendente. Estava particularmente interessado na notícia do despertar dos carismas, desde o momento em que o Concílio tinha invocado tal despertar”.

E eis o que escreveu depois de ter constatado com os próprios olhos o que estava a acontecer na Igreja:

“De repente, São Paulo e os Atos dos Apóstolos pareciam tornar-se vivos e fazer parte do presente; aquilo que era autenticamente verdadeiro no passado parecia acontecer de novo diante dos nossos olhos. É uma descoberta da verdadeira ação do Espírito Santo, que está sempre em ação, como o próprio Jesus prometeu. Ele mantém a sua palavra. É novamente uma explosão do Espírito de Pentecostes, uma alegria que se tinha tornado desconhecida para a Igreja” [9].

Agora está claro, creio eu, por que digo que também como realidade carismática a Renovação é uma corrente de graça destinada e necessária a toda a Igreja. É a própria Igreja que, no Concílio, o afirmou. Resta apenas passar da definição à realização, dos documentos à vida. E este é o serviço que a CHARIS, em plena continuidade com a RCC do passado, é chamada a prestar à Igreja.

Não se trata apenas de fidelidade ao Concílio, mas de fidelidade à própria missão da Igreja. Os carismas, lê-se no texto conciliar, são “úteis para a renovação e cada vez mais ampla edificação da Igreja” (talvez tivesse sido mais justo escrever “necessários”, em vez de “úteis”). A fé, hoje como no tempo de Paulo e dos apóstolos, não se transmite “com discursos persuasivos de sabedoria, mas com a manifestação do Espírito e do poder” (cf. 1Cor 2,4-5; 1Ts 1,5). Se, num certo período, num mundo que se tinha tornado, pelo menos oficialmente, “cristão”, se podia pensar que já não havia necessidade de carismas, de sinais e prodígios como nos inícios da Igreja, hoje já não é assim. Voltámos a estar mais próximos do tempo dos apóstolos do que do de São João Crisóstomo. Eles deviam anunciar o Evangelho a um mundo pré-cristão; nós, pelo menos no Ocidente, a um mundo pós-cristão.

Disse até agora que a RCC é uma corrente de graça necessária a toda a Igreja Católica. Devo acrescentar que o é duplamente para algumas Igrejas nacionais que há muito assistem a uma dolorosa hemorragia dos próprios fiéis rumo a outras realidades carismáticas. É bem conhecido que um dos motivos mais comuns desse êxodo é a necessidade de uma expressão da fé que responda mais à própria cultura: com mais espaço dado à espontaneidade, à alegria e ao corpo; uma vida de fé em que a religiosidade popular seja um valor acrescentado e não um substituto do senhorio de Cristo.

Fazem-se análises pastorais e sociológicas do fenómeno [10] e procuram-se remédios, mas tem-se dificuldade em reconhecer que o Espírito Santo já providenciou, de forma grandiosa, para esta necessidade. Já não se pode continuar a ver a RCC como parte do problema do êxodo dos católicos, em vez de solução do problema. Para que este remédio seja realmente eficaz, contudo, não basta que os pastores aprovem e encorajem a RCC, permanecendo cuidadosamente fora dela. É necessário acolher na própria vida a corrente de graça. A isso nos impele o exemplo do Pastor da Igreja universal, também com a instituição da CHARIS.

Não pretendo prolongar-me mais sobre o tema dos carismas e da evangelização. Sobre ele, falou-nos o nosso estimado coordenador Jean-Luc e falar-nos-á daqui a pouco Mary Healy, que, além de uma excelente

formação teológica, possui também uma notável experiência amadurecida neste campo. Concluo com uma reflexão sobre o exercício dos carismas.

* * *

Como assistente eclesialístico, procurei dar, com este ensinamento, a minha contribuição para uma visão correta da RCC na história e no presente da Igreja. Serão, porém, o moderador e os membros do comité internacional que terão de assumir o peso maior deste novo início. A todos eles exprimo a minha fraterna amizade e a minha incondicional colaboração, enquanto o Senhor me conceder a força para o fazer. A Carta aos Hebreus recomendava aos primeiros cristãos: “Lembra-vos dos vossos dirigentes, que vos anunciaram a palavra de Deus” (Hb 13,7). Também nós devemos fazer o mesmo, recordando com afeto e gratidão aqueles que, em primeiro lugar, viveram e promoveram o novo Pentecostes: Patti Mansfield, Ralph Martin, Steve Clark, Kevin e Dorothy Ranaghan e todos os outros que, depois, serviram a RCC no ICCRS, na Fraternidade Católica e noutros organismos de serviço.

Concluo com uma palavra profética que proclamei da primeira vez que me encontrei a pregar na presença de São João Paulo II. É a palavra que o profeta Ageu dirigiu aos chefes e ao povo de Israel no momento em que se preparavam para reconstruir o templo:

“Mas agora, tem coragem, Zorobabel, diz o Senhor; coragem, Josué, filho de Josedec, sumo sacerdote; coragem, todo o povo desta terra, diz o Senhor dos exércitos; mãos à obra, porque Eu estou convosco” (Ag 2,4).

Coragem, Jean-Luc e membros do comité; coragem, todo o povo da RCC; coragem, irmãos e irmãs das outras Igrejas cristãs que estão connosco: “mãos à obra, porque Eu estou convosco, diz o Senhor!”

NOTAS

N. Ed. - Traduzido do italiano por Fr. Ricardo Farias, OFMCap. e revertido, por IA (ChatGPT) para português corrente de Portugal.

[1] cf. Ex 31,3; Jz 14,6; 1Sm 10,6; Is 61,1.

[2] Cf. Santo Tomás de Aquino, *Commento alla Lettera ai Romani*, cap. V, lez. 1, n. 392.

[3] Cf. Santo Agostinho, *De Spiritu et littera*, 16,28; *Sermo Mai* 158,4 (PLS 2,525).

[4] Cf. Orígenes, *Commento a Giovanni*, I, 29 (SCh 120, p. 158).

[5] *Evangelii gaudium*, 231.

[6] Cf. Orígenes, *In Rom.* 5,8; PG 14, 1042.

[7] Cf. F. Lambiasi, *Lo Spirito Santo: mistero e presenza*, Bolonha 1987, pp. 278s.

[8] *Lumen gentium*, 12.

[9] Leo-Joseph Suenens, *Memories and Hopes*, Dublin, Veritas 1992, p. 267.

[10] Cf. João B. Ferreira de Araújo, *La ritualità del Pentecostalismo. Cause di una crescita imprevedibile in Brasile e nel mondo*, Cittadella, Assis, 2019.